

## **História, memória e historiografia: o mito da resistência e os desafios para o estudo da ditadura civil-militar no Brasil.**

José Valdenir Rabelo Filho (PPGH-UFF/ Bolsista Capes)

31 de março de 2004, data sugestiva, intrigante. Ali, o sentido comemorativo certamente ganhou outros significados. Ao ato comemorativo, foram adicionadas outras significações, outras representações que não somente aquelas do lembrar com, do festejar com, do exaltar de forma coletiva. O (co)memorável passou a operar como antídoto do esquecimento, como remédio para as práticas desviantes da memória, como medicamento para a cura da história. É certo que, a depender da dosagem de tal substância, o poder de cura poderia certamente ser invertido, agravando ainda mais o quadro de esquecimentos.

Naquela data, então, 40 anos fazia desde o golpe civil militar de 31 de março de 1964, e muitos grupos se reuniam para memorar, para lembrar junto, e faziam isso de formas diversas, conflitantes. A memória estava dividida, estilhaçada, e seus usos passavam a confrontar “espaços de experiências e horizontes de expectativas” (KOSELLECK, 2006) para a construção de um futuro passado, de uma temporalidade não mais erguida sob o signo da exemplaridade.

Por um lado, conforme sugere Daniel Aarão Reis Filho (2004), “o cerco do esquecimento” enfraquecia-se, pois se desejava lembrar, “ouvir, ler, saber, participar das *batalhas da memória*, reapropriar-se criticamente do passado”. Porém, esse desejo de lembrar, de saber e poder saber, somente fazia o esquecimento operar numa outra frequência, sintonizando outros registros de memória das tramas históricas.

Desta forma, lembrava-se e esquecia-se, e as batalhas da memória não determinavam vencedores e vencidos, e as experiências geradas a partir do ato de lembrar e narrar empurravam para o presente um passado ainda não encerrado, mantendo ativas as *batalhas da memória*.

A depender dos usos do passado, muitos mitos passavam por algumas atualizações, sendo mantidos em sua essência. Exemplo disto foi o soerguimento

de uma arquitetura simplificada, dedicada a representar o regime autoritário a partir de usos alargados de imagens e representações de uma “resistência democrática”.

Tal constructo, fundamentado na resistência, precipita leituras limitadas, muito pouco explicativas das complexidades das experiências sociais tramadas em tempos de ditadura. A partir do uso alargado deste conceito, uma falsa ideia é facilmente projetada: o regime autoritário, mantido por prolongados 21 anos no Brasil, foi essencialmente militar. A sociedade civil, que apoiou o golpe e esteve presente nos momentos iniciais, logo isolou a ditadura, e passou a ocupar a luta para o reestabelecimento da democracia. Os encontros forçados, as resistências praticadas e a luta pela defesa da índole democrática e pacifista do povo brasileiro, foram mantidos incessantemente. Mesmo as esquerdas, ao longo de todo o tempo, fizeram-se guardiãs da democracia como chave fundamental para o jogo político e a realização de suas utopias revolucionárias. Limites do lugar-comum... Traições da memória...

### **Memória, história e historiografia: o mito da resistência**

Naquele ano de 2004, com uma agenda marcada pelo signo da lembrança, pretendia-se acessar zonas de esquecimentos. Principalmente nas capitais do Brasil, mas, também, em algumas cidades interioranas, os eventos memorativos mantinham e acirravam as *batalhas da memória*. Em Fortaleza, por exemplo, de um lado os militares falavam sobre março de 1964 como um ato vitorioso, e mencionavam as realizações modernizadoras do Brasil, os “anos de ouro”, o “milagre econômico”. Na outra extremidade do campo das disputas memoriais, civis falavam de suas lutas contra o autoritarismo, dos “porões” da ditadura militar, dos “anos de chumbo”, e dos males por ela deixados como herança para a formação política brasileira. A vocação democrática da sociedade civil, nesses instantes, era evidenciada como instrumento de orgulho, como signo da vitória de uma sociedade que não teve nada a ver com aqueles “tempos sombrios”.

Desses momentos marcados por *excessos de memórias* é bem verdade, os historiadores não estiveram ausentes, e deles participaram apresentando um discurso de prova, de validação dos argumentos de uns ou de outros. Contudo, ao invés de tomarem a memória como objeto da história, alguns historiadores tomaram

10.4025/6cih.pphuem.593

aquela como sinônimo desta. Sem dimensionarem a necessidade da crítica às estratégias circunscritas ao ato de lembrar e narrar o passado no presente, sem evidenciarem as metamorfoses e deformações da memória produzidas como resultante de forças temporais, políticas e históricas, alguns historiadores se deixaram seduzir. Vidrados na imagem da “resistência democrática” cegaram. Apropriando-se dos relatos de memória como imagens refletidas do passado, turvaram as peculiaridades do tempo.

Sobre a relação entre memória e história, consideramos pertinente o diálogo com Pierre Nora (1981: p. 09), quando, categoricamente, o mesmo assevera que

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível [sic] de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (...). A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (...). A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Principalmente a partir daquele ano, muitas pesquisas surgiam abordando diversos aspectos dos acontecimentos de 1964 a 1985. Muitos pesquisadores, intentando acessar o não dito de experiências protagonizadas por personagens anônimos, e ensaiando uma “*história vista de baixo para cima*”, com forte influência do neomarxismo britânico, dedicavam ouvidos às histórias e memórias de ex-militantes de esquerda, de estudantes e trabalhadores que foram perseguidos pelo Estado autoritário, de grupos engajados em culturas políticas e modernidades alternativas (REIS FILHO, 2008) ao regime de exceção. Tais trabalhos, é bem verdade, atuaram na conformação de uma memória de lutas pelas liberdades democráticas, de uma sociedade cearense resistente ao Estado autoritário.

Tais propostas, no entanto, envolvidas pelo desejo de lembrar, esqueciam de referenciar as ambivalências dos comportamentos, as ações colaboracionistas forjadas pela sociedade civil, e, nesta mesma medida, de apontar as relações de consenso estabelecidas com o Estado autoritário socialmente construído. Talvez por isso, cristalizaram a história a partir de usos do passado orientados pela memória, deixando de lado as lições sobre história e memória compartilhadas por Pierre Nora.

François Marcot (2006) enfatiza que em tempos de autoritarismo os comportamentos são múltiplos, complexos, contraditórios, e que aqueles que se dedicam ao estudo de experiências sociais forjadas neste contexto, devem estar sempre atentos para não simplificar as condutas sociais ali constituídas. Desta forma, em diálogo com Max Weber, Marcot enfatiza a necessidade do retorno à investigação empírica das práticas e comportamentos de homens e mulheres para que se possa superar os determinismos superpostos pelo uso indiscriminado da categoria resistência. Ainda, ao propor questões que contribuam para a definição daquele conceito, sugere, como questão basilar, a reflexão sobre a consciência do agente que resiste, a atuação consciente e voluntária daquele que atua no campo coletivo da resistência. Ou seja, não existe resistência sem consciência dos significados e riscos da luta, sem o pleno entendimento contra quem se luta.

Como símbolo das relações consensuais estabelecidas entre a sociedade cearense e o Estado autoritário, é pertinente referenciar a aclamação de Castelo Branco, em 1964, e o soerguimento do Mausoléu Castelo Branco, <sup>1</sup> iniciado em maio de 1970. Inaugurado em 1972, ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil, e custeado pelo governo do Estado do Ceará com orçamento de mais de “dois milhões e meio de cruzeiros”, <sup>2</sup> o monumento ao “cearense ilustre” ganhou os jardins do Palácio da Abolição, sede do governo estadual.

Para o “ano das vibrações cívicas e das exaltações patrióticas” <sup>3</sup>, intelectuais vinculados ao Instituto do Ceará (IC) organizavam programação das mais requintadas para a recepção dos despojos do imperador Dom Pedro I, e do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, na capital cearense. O general Carlos Studart Filho, presidente do IC, abria os trabalhos da Sessão Comemorativa do Sesquicentenário argumentando:

Parece interessante e oportuno ressaltar que 1972 tem sido, como nenhum outro, o ano das vibrações cívicas e das exaltações patrióticas. Despertadas e estimuladas, em todas as classes sociais, pela política educacional de S. Exa. o Sr. Presidente da República, essas sadias sobreexcitações do espírito vem tendo, como resultado feliz, a glorificação de vultos proeminentes do Panteão Brasileiro, entre os quais sobressai e se alteia a figura varonil, fascinante e contraditória do nosso Primeiro Imperador (...).

Também Castelo Branco era conduzido ao panteão pelo presidente do IC. Carlos Studart aproveitava ainda para destacar, parafraseando o brigadeiro Eduardo

Gomes, que: “preço da liberdade é a eterna vigilância”. A “revolução” seguia o seu caminho com o apoio de historiadores, geógrafos, antropólogos e militares vinculados ao Instituto do Ceará, que já em abril de 1964 anunciaram adesão ao projeto “revolucionário”, e, de forma ziguezagueante, continuavam a manter relações com o Estado autoritário.

Durante os preparativos da cerimônia de inauguração, a fim de melhor recepcionar o presidente Emílio Garrastazu Médici e sua comitiva, o coronel César Cals, governador do estado do Ceará em exercício, “determinou que se cuidasse rigorosamente de todos os lugares por onde o presidente” iria passar, definindo, principalmente, a “reforma geral das casas”.<sup>4</sup> Enquanto isso o “carro mais luxuoso da cidade – um Galaxie preto, modelo 73, de propriedade de um revendedor de automóveis” passava por “minuciosa revisão para servir ao chefe do governo”. Organizava-se, ali, “a mais extraordinária acolhida já dispensada pelo Ceará a uma caravana oficial”.<sup>5</sup>

Frente à dificuldade de hospedar com as devidas honrarias toda a comitiva presidencial, “o governo do Estado, por intermédio de sua Casa Civil e assessores especiais”<sup>6</sup> apelava aos “membros do Secretariado e famílias abastadas para que” oferecessem “hospedagem aos seus convidados”. “O proprietário do Balneário Pirapora, em Maranguape, a cerca de 20 quilômetros de Fortaleza”, anunciava pôr à “disposição do governo todos os seus 72 apartamentos”. Daí a pouco, “como tudo lá se [achava] desguarnecido”, logo começaram os deslocamentos de “móveis, panelas, colchões e demais utensílios domésticos”<sup>7</sup> para melhor recepcionar os convidados. “A cidade preparava-se para receber, de uma só vez, Médici – o presidente do Milagre – e Castelo Branco – o herói da Revolução”. (CORDEIRO, 2012: p. 80)

O presidente-militar Médici permaneceria por pelo menos dois dias em Fortaleza, momento em que assistiria “à solenidade de inumação dos despojos do ex-presidente Castelo Branco e de sua esposa, d. Argentina, em monumento-mausoléu erigido em sua honra na Capital cearense”. Participaria, ainda, da cerimônia de abertura dos Jogos Universitários, e de encontro com empresários locais.<sup>8</sup> Ao longo de sua estada em *terras alencarinas*, Fortaleza esteve em festa...



Para a cerimônia de inumação no Mausoléu, preparava-se exposição de dados biográficos, “expressivas fotografias, importantes documentos e objetos, e obra de arte que mostra[va] e exalta[va] a existência exemplar, pontilhada de glórias, do imortal cearense”.<sup>9</sup> O governador do estado, anfitrião da festa, encarregava-se das honras ao “cearense ilustre” e ao presidente em exercício, dizendo-se “uma peça do sistema revolucionário”.<sup>10</sup>

Aquela exposição, ainda hoje mantida e disposta em painéis ao longo dos dois corredores que permitem o acesso à nave mortuária do Mausoléu, destaca Castelo Branco como uma figura familiar, afetuosa, cristã, como o militar afeiçoado ao exercício democrático, disciplinado, legalista. Em grande painel, na extremidade oposta à nave mortuária, em alto relevo, destaca-se texto atribuído ao “cearense ilustre”: “Nossa vocação nacional – de nos transformarmos em um País grande e forte, capaz de eliminar a miséria de seu povo, ser um elemento de paz num mundo conturbado, respeitar os seus vizinhos, exercer o poder sem violência, conquistar a riqueza sem injustiça”.<sup>11</sup>

Em meio aos indícios que buscam demonstrar traços dadivosos do marechal Castelo Branco, é possível observar, ainda, os “Lemas da Revolução” de 31 de março de 1964: “Restauração da legalidade; reestabelecimento da Federação; Eliminação do desenvolvimento do plano comunista de posse do poder; Defesa das Instituições militares que começavam a ser destruídas”.<sup>12</sup> “O menino de Messejana” figura como “herói redentor”, o “chefe revolucionário”... É tornado mito político da “revolução”. As alusões estão de acordo com as interpretações de Raul Girardet (1987: p. 13), segundo as quais “o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más. Sempre associado também a imagens de luz – o ouro, o sol ascendente, o brilho do olhar – e a imagens de verticalidade – o gládio, o cetro, a árvore centenária”.

O mito político, ainda na esteira de Girardet, ao mesmo instante em que é fabulação é “deformação ou interpretação recusável do real”. Essa deformação do real incide sobre a construção da memória, sobre a configuração de zonas de esquecimentos. Os silêncios como estratégia de memória, manobrado pelas elites políticas atuantes no Ceará, as quais, em grande medida, foram formadas em bases

arenistas e alimentadas pela cultura política autoritária, dão pistas sobre os desafios ainda por serem superados para a inversão de uma lógica de poder herdada dos tempos de ditadura.

Tais desafios, acreditamos, somente poderão ser superados na medida em que o mito da resistência democrática venha a ser problematizado, a ser refletido à luz de novos problemas. Somente nesta medida, será possível acessar as “zonas cinzentas” (LABORIE, 2010) nas quais muitos grupos ainda estão confortavelmente inseridos, silenciosamente habitando e retroalimentando a memória em detrimento da história. Essa ossificação da memória precisa ser desmanchada.

Já que todos resistiram ao Estado autoritário, e essa é uma memória construída no “gradual” processo de redemocratização, mais vale acessar, de forma continuada, os signos e experiências sociais pela liberdade, pela democracia, ainda que tal feito signifique a repetição acrítica de discursos e memórias que foram formatadas quando já não era mais oportuno ser percebido como adepto do regime de exceção, quando já não era mais aceitável a ditadura, quando o regime político já dava sinais de debilidade, de colapso.

### **Resistência: problemas, desafios, e possibilidades**

“*Qu’est-ce que résister?*”, questiona Jacques Sémelin. Em termos simples, resistir é opor-se ao abuso de poder, é inserir-se numa lógica de saber e poder que pretende a inversão de um contrato social já transgredido pelo uso da força autoritária.

De modo a refletir historicamente sobre os usos do termo resistência, e aprofundar o debate, Jacques Sémelin situa o contexto da Revolução Francesa como um dos marcos que posicionam a institucionalização do direito de resistir referido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. De acordo com o autor, a Constituição francesa de 1793, como uma resultante do processo revolucionário e das pressões políticas forjadas, prevê que, “quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”. (SÉMELIN, 1994: p. 51)

De acordo com Sémelin, no *Deuxième Traité du gouvernement civil*, John Locke reforça tais pressupostos afirmando que o povo “tem o direito de resistir [...] a

toda pessoa investida de uma autoridade que exceda o poder que a lei lhe confere”.

<sup>13</sup> Desta forma, o direito à resistência implica a ruptura de um contrato social firmado entre governantes e governados, entre estado e sociedade civil, contrato este, como já chamamos atenção, já transgredido pelo uso abusivo da força, do autoritarismo.

Em diálogo com Albert Camus, em *“l’Homme révolté”*, Jacques Sémelin evidencia que “algumas definições muito largas da noção de resistência enfraquecem os seus significados”, e que é preciso estabelecer distinções entre, por exemplo, as noções de “dissidência, desobediência e resistência”.

Dissidência e desobediência estruturam-se numa perspectiva individual, e atuam para a formatação das relações políticas de pertencimento que articulam identidades coletivas para a expressão da resistência como comportamento, como ação, reação, ruptura somente manifesta por grupos, de forma coletiva. Daí por que o homem revoltado não é, necessariamente, um homem resistente, ainda que sua revolta abra caminho para o engajamento, para a expressão coletiva das ações de resistência. Enfatiza Sémelin que “no caso da ação puramente individual, as noções de dissidência ou desobediência parecem mais adequadas”.

Atentamos ainda para a importância de que se efetive a busca pela superação dos estudos dedicados aos “macro facteurs”, pois, nesta feita, será possível o acesso às peculiaridades das experiências forjadas em lugares, tempos, e por sujeitos específicos portadores de comportamentos ambivalentes, contraditórios. É pertinente, nesta medida, citarmos quando Jacques Sémelin (1994: p. 56) ressalta que “esta passagem à ação resistente não anula a história do indivíduo ou suas próprias contradições”.

Desta forma, de modo a aprofundarmos o debate, consideramos pertinente inserir aqui uma interlocução com o historiador francês Pierre Laborie (2010), quando o mesmo reflete sobre “os franceses do pensar-duplo”, e, nesta medida, alerta-nos para a necessidade de buscarmos compreender a “ambivalência do pensamento e dos sentimentos” em tempos de regimes autoritários.

Investigações dedicadas à percepção das racionalidades, dos modos de funcionamento dos comportamentos, das escolhas promovidas por sujeitos



históricos em tempos passados, possibilita o alargamento do campo de análises, e, neste sentido, permite a problematização de pressupostos conceituais que aprisionam as relações históricas complexas e contraditórias. Laborie sugere, sobre este aspecto, a “cultura do duplo” como chave para a análise de experiências históricas culturalmente situadas em regimes autoritários.

Os sujeitos históricos atuam em campos simbólicos onde tradições e modernidades convergem não sem choques, onde estruturas de saber e poder definem-se através de negociações as mais diversas. Desta forma, o “homem-duplo” ou multifacetado, tateia caminhos, desvenda possibilidades, é um e outro ao mesmo tempo, é complexo, metamórfico, marcado por incongruências. Visitar estas facetas, demarcadas pelas trajetórias do homem em suas complexidades e incoerências, talvez seja o grande desafio proposto por Pierre Laborie, o elemento de provocação capaz de suscitar a problematização do “mito da resistência”, este lugar que aprisiona e faz do “homem resistente” um e o mesmo a todo instante.

Nesta medida, vislumbramos relações de proximidades entre Pierre Laborie e François Marcot, principalmente quando este enfatiza que “Lembrar que sob a ocupação os comportamentos são múltiplos e nem sempre originais, é não mais do que concluir que esta realidade não pode ser pensada de maneira simplista”. (MARCOT, 2006: p. 47)

François Marcot reforça pressupostos defendidos por Pierre Laborie e Jacques Sémelin sobre a complexidade dos comportamentos em regimes autoritários, questões já mencionadas anteriormente. Enfatiza que, para que haja a possibilidade de superação de paradigmas interpretativos consolidados no campo do saber histórico, faz-se necessária a problematização de conceitos operados para a interpretação da história de regimes marcados por culturas políticas autoritárias.

Pretendendo situar possibilidades de definição para o termo resistência, em diálogo com Laborie, François Marcot (2006: p. 47-48) sugere três critérios norteadores:

- 1 - O desejo de prejudicar um inimigo identificado, ocupante ou a seu serviço, colocando-se em situação de guerra e organizando-se para evitar que ele alcance os seus objetivos;
- 2 - A consciência de resistir, isto é, de participar da expressão coletiva e coordenada de uma recusa intransigente, por uma escolha voluntária, com ajustada consciência do risco e dos significados da luta.
- 3 - Um engajamento em ações fundamentalmente ligadas a práticas de transgressão.

É possível, então, percebermos que o resistente não se constitui passivamente, muito menos ainda por determinações atemporais e políticas que lhe são estranhas. A ação política movimenta a ação de resistência, ou, em outros termos, o sujeito histórico resiste na medida em que (re)age, quando enfim irrompe os limites da reflexão intelectual e o sentimento dá lugar à ação coletiva de resistência. Não existe resistência passiva, assim como não pode existir resistência atribuída. Ou seja, é preciso que se busque compreender as experiências históricas em suas complexidades, sem que se atribua hoje uma identidade que tais experiências não assumiam na época em que foram forjadas.

Não podemos modificar o passado, e, desta forma, devemos estar atentos às injunções políticas que interferem na construção de memórias presentes sobre um passado ausente, de relatos que buscam demarcar um passado que não foi, de imagens de um pretérito somente hoje aspiradas. Como ressalta Daniel Aarão Reis Filho (2002: p. 07), “quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje”, e isso deve ser ponderado pelos historiadores que lidam com memórias de um passado presente.

A sociedade sobralense, envolvida numa “cultura de resistência”<sup>14</sup>, como referencia Edvanir Maia da Silveira (2013), é a mesma que recepciona Castelo Branco no ano de 1965, e lhe confere o “título de cidadão sobralense”. Conforme evidencia Projeto de Lei nº. 28/65, da Câmara de Vereadores de Sobral,

O relevante serviço público prestado ao Brasil pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, à frente de uma Revolução que modificou os destinos e a história brasileiras, conquistou-lhe a admiração e o respeito de todos os seus patrícios e de todos os brasileiros de boa vontade, voltados para o futuro da Pátria e de seus filhos. Presidente da República numa conjuntura das mais difíceis e pontilhada de incertezas para a vida nacional e a sobrevivência da civilização na face da Terra, o ilustre e bravo cearense tem-se mostrado o timoneiro indormido e vigilante, indiferente aos gritos fanáticos e às armadilhas dos subversivos e corruptos, dedicado única e exclusivamente para os interesses do Brasil e dos brasileiros. (...). Fazendo coro com todos os brasileiros de visão e possuídos do espírito verdadeiramente patriótico, nós também somos agradecidos ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E, nada podendo lhe dar de mais significativo que a nossa cidadania honorária, como penhor desse nosso reconhecimento e admiração, apresentamos a essa Augusta Casa o projeto de lei em apreço, que, temos a certeza, merecerá a unanimidade e entusiástica aprovação da casa.<sup>15</sup>

Ainda no mesmo dia, o Projeto de Lei foi aprovado pelos vereadores presentes na Casa Legislativa Municipal, e, ao presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco, foi concedido o título de cidadão sobralense.

Sua passagem pela cidade, ainda em 1965, festejada por muitos, como bem nos auxilia a verificar filme produzido pela Agência Nacional <sup>16</sup>, assim como outros documentos de época, foi marcada pela inauguração do Centro Social Argentina Castelo Branco, em homenagem à sua esposa, bem como, pela inauguração do Hotel Municipal, à época, um símbolo do novo processo modernizador da cidade.

A “cultura de resistência”, tomando como referência as propostas sugeridas pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2010: p. 257), representa uma cultura de isolamento do Estado autoritário, a retirada do apoio popular à ditadura nos momentos quase que imediatos ao golpe.

O Estado de exceção, no entanto, conforme se demonstra aqui, não se manteve sem as relações consensuais estabelecidas por parcelas significativas da sociedade brasileira. O uso da força autoritária se fez instrumento menos atuante na configuração das redes de colaboradores, das cadeias de adesão, das forças tentaculares do consenso. Os grupos que aderiam assim o fizeram exercendo suas vontades políticas, por identificarem-se e/ou beneficiarem-se com as propostas propugnadas pelo Estado de exceção. Deste, diversos grupos foram também autores, tradutores de signos, produtores de significados, construtores, portanto, das bases sociais do regime.

Como ressalta Jacques Sémelin, a passagem à ação resistente não deve anular a história de grupos sociais e indivíduos carregados de suas próprias contradições, de suas históricas complexidades. A “cultura de resistência”, apontada por Edvanir Maia, camufla traços conservadores, anticomunistas e colaboracionistas da sociedade sobralense, esconde as relações de consenso e consentimento forjadas entre esta e o regime autoritário. Aqueles que para esta historiadora ocupam o lugar da resistência, nem sempre habitaram este lugar, nem sempre tomaram para si esta identidade, ou, como se tem mostrado mais plausível, a partir de amplo trabalho com fontes orais e impressas, muitos dos sujeitos sequer tinham consciência de um agir resistente. Em muitos casos, agiam individualmente, sempre no campo da legalidade, “somente não batiam palmas para os milicos”, afirma um de nossos depoentes.

Didier Musiedlak, professor de história contemporânea da Universidade de Paris X, e pesquisador dedicado ao estudo do fascismo italiano, apresenta questões que nos parecem basilares para refletirmos sobre as categorias de consenso e consentimento em tempos de regimes autoritários.

Durante o regime fascista, e mesmo no momento imediatamente posterior ao seu colapso, acreditou-se que as relações de consenso forjadas pela sociedade civil com o Estado autoritário, deveram-se ao poder de manipulação das massas promovido pelo forte aparelho de propaganda do Estado, bem como, pela repressão praticada por agentes a seu serviço. Manipuladas e massacradas, as massas consentiram o estado fascista, e, somente nesta medida, atuaram na sua legitimação. O autoritarismo lhes era estranho. Somente aceitaram-no porque não lhes foi dada outra opção, porque foram coagidas pelo poder simbólico da propaganda, e pelo uso arbitrário da força.

Musiedlak (2010), parte no contrafluxo desta corrente de pensamentos, e, fazendo uso do *Dizionario di Politica*, produzido ainda nos anos 1940 por G. Mancini e outros, assevera que

O consentimento que a vontade política exige não é a submissão natural e instintiva de uma tribo de primitivos em relação ao seu chefe, mas uma adesão deliberada e consciente a uma ordem histórica que tem sua realidade na vida de todos e que, conseqüentemente, reconhece nessa vontade uma interpretação dela mesma e o impulso de seu progresso.

Desta forma, longe de consentirem de forma submissa a personalidade política do presidente militar Castelo Branco, os vereadores municipais, o prefeito Cesário Barreto Lima, e parcela significativa da sociedade sobralense, davam sinais de uma adesão deliberada, consciente, não forçada, não resultante de forças midiáticas manipuladoras para a adoração do homem público e dos projetos políticos por ele anunciados. Tais grupos, ao consentirem o representante do Estado autoritário instituído, exerciam suas vontades políticas, afirmavam suas relações autônomas e coletivas de identidade com o projeto político golpista em defesa de uma insuspeita democracia.

O jornal *Correio da Semana*, por exemplo, instrumento de circulação dos ideais católicos, e das propostas políticas das elites conservadoras sobralenses, anunciava o apoio, ainda em 11 de abril de 1964, de “mais de 250 deputados federais” que haviam “se declarado favoráveis à eleição do General Castelo Branco

para a presidência da República. Também 18 governadores de estado se decidiram em apoiar a sua eleição”.<sup>17</sup> Com “enorme receptividade” o nome do *filho da terra* era então acolhido, e isso “provava” a confiança que a sociedade cearense depositava “na bravura e equilíbrio do general Castelo Branco, militar democrata e de sentimento cristão, que, eleito, poderá colocar o Brasil na senda da justiça e do bem-estar social”.<sup>18</sup> Poder viver o “ar da tranquilidade e do progresso, como nação livre, com grandes possibilidades de ser brevemente um dos maiores países do mundo”, era esse o horizonte de expectativas fendido, era esse o futuro desejado presente.

O tempo de “renovação democrática” punha fim ao “ódio que avassalava, crescia”.<sup>19</sup> De forma paradoxal, a interrupção do processo democrático fora “necessária” para a defesa dos valores de democracia, para a manutenção das liberdades, e o retorno à ordem. A “paz armada”, a partir de então, era “o começo da paz íntima que estava faltando”<sup>20</sup>, assim asseverava dom José de Medeiros Delgado, em 04 de abril de 1964, através daquele periódico católico.

Tais textos, divulgados no “paladino intrépido e sereno das boas causas sempre a serviço da Igreja, do Brasil e do povo sobralense”<sup>21</sup>, permite-nos observar sinais do medo que circulava na sociedade brasileira de forma geral, e no sertão cearense de forma específica. É interessante percebermos o peso simbólico de tais argumentos, as palavras e os sentidos a elas atribuídos.

De acordo com o discurso promovido por meio das páginas impressas, a “desordem” fora cessada, os “inimigos” banidos ou empurrados em direção ao abismo, os valores morais cristãos defendidos, as “forças democráticas” salvaram as liberdades democráticas. As “missões” que “corrompiam consciências, preparando o assassinio, o incêndio e a ocupação do território nacional”,<sup>22</sup> foram desmontadas.

Tais questões não podem passar despercebidas na análise da história política de Sobral, e da sociedade sobralense em tempos de ditadura. O movimento coletivo rumo à democracia, promovido no processo de transição política, não pode incidir como uma borracha no apagamento dos rastros de experiências marcadas pelo contraditório, pelas ambivalências, pela “cultura do duplo”.



10.4025/6cih.pphuem.593

Os esquecimentos reafirmados com o culto de mitos precisam ser revisitados e problematizados. Novos jogos e confrontos entre lembranças e esquecimentos precisam ser operados, a fim de que se possa oxigenar tempos passados que não passam, a fim de que se possa iluminar zonas cinzentas hegemônicas pela memória.

Operar a memória como objeto da história... É esse o desafio que os historiadores de hoje devem se colocar para o estudo da ditadura civil militar brasileira, foi esse o desafio que intentamos aqui perfazer.

Campo minado, mas ainda assim com muitas trilhas a serem percorridas...

## Notas

<sup>1</sup> Ainda hoje, o espaço está aberto para visitas recedendo, principalmente, alunos e professores de escolas públicas e privadas da capital e do interior. O Mausoléu Castelo Branco está inserido no complexo arquitetônico do Palácio da Abolição. Este, dedicado à memória do pioneirismo cearense na abolição dos escravos, no século XIX, hoje abriga Secretarias de Governo, bem como, o gabinete do governador do estado do Ceará.

<sup>2</sup> Política ficou à margem. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 19 de julho de 1972, p. 5.

<sup>3</sup> O ano de vibrações cívicas. Carlos Studart Filho. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Ceará, 1972.

<sup>4</sup> Cearenses preparam imponente recepção. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 15 de julho de 1972, p. 04.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Cearenses preparam imponente recepção. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 15 de julho de 1972, p. 04.

<sup>9</sup> Coluna da Cidade. José Maria Soares. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 29 de julho de 1972, p. 06.

<sup>10</sup> Cals: "Sou uma peça do Sistema". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 19 de julho de 1972, p. 05.

<sup>11</sup> Em viagem de pesquisa a Fortaleza, em janeiro de 2013, foi possível visitar os espaços do Mausoléu Castelo Branco. Na ocasião, fotografei todos os painéis (totalizando vinte e quatro) que documentam aspectos familiares e profissionais da vida daquele personagem.

<sup>12</sup> "Lemas da Revolução enviados a um Comandante de Divisão na manhã de 31/3/1964". Expositor [s/n]. *Mausoléu Castelo Branco*, Fortaleza, CE.

<sup>13</sup> Idem. Tradução livre de: "l'on a le droit de résister [...] à toute personne investie d'une autorité qui excède le pouvoir que la loi lui donne".

<sup>14</sup> Se refletirmos sobre "cultura de resistência" a partir das propostas sugeridas pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, é possível verificarmos que a mesma trata sobre "uma frente ampla de artistas e intelectuais" que atuou no isolamento da ditadura civil militar.

<sup>15</sup> Câmara Municipal de Sobral. *Projeto de Lei n.º 28/65*. Sobral, CE, 28 de outubro de 1965.

<sup>16</sup> Recurso fílmico produzido pela Agência Nacional (EH/ FIL. 283/ 2 min e 45 seg.). *Acervo do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>17</sup> Gal. Castelo Branco Presidente. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 01/06.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Hora de vigilância. Dom José de Medeiros Delgado. *Correio da Semana*, Sobral, CE, 11 de abril de 1964, p. 01.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> *Correio da Semana*, Sobral, CE, 29 de março de 1964, p. 01.

<sup>22</sup> Idem.

## Bibliografia

BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance : lecteurs d'hier, chantiers de demain. *Vingtième Siècle*, n.º. 11, jul.-set. 1986.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. SP: Ed. 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens : retour sur un questionnement. In : *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris, Seuil, 2003.
- MARCOT, François. Résistance et autres comportements des Français sous l'Occupation. In: François Marcot e Didier Musiedlak (Orgs.). *Les Résistances, miroir des régimes d'oppression*. Allemagne, France, Italie. Actes du Colloque International de Besançon, 24 a 26 set. 2003, Musée de la Résistance et de la Déportation de Besançon, Université de Franche-Comté e Université de Paris X. Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006, pp.47-59.
- MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: entre consentimento e consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. I: Europa).
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos e Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, SP-Brasil, 1981.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução socialista em Cuba: ditadura revolucionária e a construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II: Brasil e América Latina).
- \_\_\_\_\_; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004. (Coleção História).
- \_\_\_\_\_; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ROLLEMBERG, Denise. *Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões possibilidades*. [No prelo].
- \_\_\_\_\_. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 81-91.
- \_\_\_\_\_. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell [Et. Al.]. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 02. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SEMELIN, Jacques. "Qu'est-ce que 'résistir'?". In: *Esprit*. Paris, n. 198, janeiro de 1994.
- SILVEIRA, Edvanir Maia. *Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do Golpe à Nova República (1963-96)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.